

**A educação como projeto de emancipação e os desafios contemporâneos no
Brasil: entrevista com Dinamara Pereira Machado**

**Education as an emancipation project and contemporary challenges in Brazil:
interview with Dinamara Pereira Machado**

**La educación como proyecto de emancipación y los desafíos contemporâneos
en Brasil: entrevista con Dinamara Pereira Machado**

DOI - 10.70678/revistasalaoito.v1i9.1289

Anna Carolina Roque Furlanetto¹

Entrevista

Linha de pesquisa: Prática Pedagógica, Currículo e Formação de Professores

Resumo

O artigo discute um diálogo com Dinamara Pereira Machado, uma defensora da educação a distância e uma gestora, educadora e pesquisadora dedicada a promover uma educação de qualidade acessível a todos, independentemente de sua localização física. Ela é pós-doutora em Educação pela Universidade Nacional de Educación a Distancia (UNED) e doutora em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Possui mestrado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná e é especialista em Qualidade e Educação. É graduada em Letras, Pedagogia, Geografia e História. Atualmente, é diretora e professora na Escola Superior de Educação, Humanidades e Línguas (ESEHL) e coordenadora pedagógica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e dos cursos técnicos do Centro Universitário Internacional Uninter. Machado tem experiência como gestora na Educação Superior e Básica e desenvolve projetos em educação a distância e presencial. Ela lidera o Grupo de Pesquisa em Educação a Distância (EaD), presencial e híbrido, explorando diversos cenários profissionais, currículos, aprendizagem e políticas públicas no Centro Universitário Internacional Uninter. É pesquisadora convidada do Grupo Internacional de Pesquisas em Políticas, Práticas e Gestão da Educação da Universidade de Pernambuco (GIPPPGE-UPE) e do Grupo Tecnologia, Atividade e Subjetividade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Nos últimos anos, desenvolveu projetos de pós-graduação, graduação e cursos técnicos nas modalidades presencial e a distância. Ela se dedica à gestão da educação a distância em âmbito nacional, abordando aspectos da cultura local, formação de professores e estudos de currículo. Machado tem publicações acadêmicas de livros, artigos de revistas e textos de opinião em diversos meios de comunicação. Ela é diretora administrativa e financeira do Instituto Música e Arte (IMA), editora-chefe do Caderno Intersaberes e da Editora Escolha Certa, além de diretora de Educação a Distância do Sindicato das Escolas Particulares do Paraná (SINEPE-Paraná). Também é membro do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (COMPED) de Curitiba, Paraná.

¹ Jornalista Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Paraná, na linha de pesquisa Comunicação e Cultura. Desenvolve pesquisa sobre plataformização do jornalismo, jornalismo local e inovações e tendências em práticas jornalísticas, <http://lattes.cnpq.br/0786565441091459>, <https://orcid.org/0009000102161639>. Contato: E-mail: annarfurlanet-to@gmail.com.

Palavras-chave: Educação a Distância; Educação na atualidade; Percepções sobre educação.

Summary

This article discusses a conversation with Dinamara Pereira Machado, a distance education advocate and a manager, educator, and researcher dedicated to promoting quality education accessible to all, regardless of their physical location. She holds a postdoctoral degree in Education from the National University of Distance Education (UNED) and a PhD in Education: Curriculum from the Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP). She holds a master's degree in Education from the Tuiuti University of Paraná and specializes in Quality and Education. She holds degrees in Literature, Pedagogy, Geography, and History. She is currently a director and professor at the Higher School of Education, Humanities, and Languages (ESEHL) and pedagogical coordinator of Youth and Adult Education (EJA) and technical courses at the Uninter International University Center. Machado has experience as a manager in Higher and Basic Education and develops projects in distance and in-person education. She leads the Distance Education (EaD) Research Group, both in-person and hybrid, exploring diverse professional scenarios, curricula, learning, and public policies at the Uninter International University Center. She is a guest researcher at the International Research Group on Education Policies, Practices, and Management at the University of Pernambuco (GIPPPGE-UPE) and the Technology, Activity, and Subjectivity Group at the Federal Technological University of Paraná (UTFPR). In recent years, she has developed graduate, undergraduate, and technical course projects in both in-person and distance learning modalities. She focuses on distance education management nationwide, addressing aspects of local culture, teacher training, and curriculum studies. Machado has published academic books, journal articles, and opinion pieces in various media outlets. She is the administrative and financial director of the Music and Art Institute (IMA), editor-in-chief of Caderno Intersaberes and Editora Escolha Certa, and director of Distance Education for the Union of Private Schools of Paraná (SINEPE-Paraná). He is also a member of the Municipal Council for Drug Policies (COMPED) in Curitiba, Paraná.

Keywords: Distance Education; Education today; Perceptions about education.

Resumen

Este artículo analiza una conversación con Dinamara Pereira Machado, defensora de la educación a distancia, gestora, educadora e investigadora dedicada a promover una educación de calidad accesible para todos, independientemente de su ubicación física. Tiene un posdoctorado en Educación de la Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED) y un doctorado en Educación: Currículo de la Pontificia Universidad Católica de São Paulo (PUC-SP). Tiene una maestría en Educación de la Universidad Tuiuti de Paraná y se especializa en Calidad y Educación. Es licenciada en Letras, Pedagogía, Geografía e Historia. Actualmente es directora y profesora de la Escuela Superior de Educación, Humanidades y Letras (ESEHL) y coordinadora pedagógica de Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) y cursos técnicos en el Centro Universitario Internacional Uninter. Machado tiene experiencia como gestora en Educación Superior y Básica y desarrolla proyectos en educación a distancia y presencial. Lidera el Grupo de Investigación en Educación a Distancia (EaD), tanto presencial como híbrido, explorando diversos escenarios profesionales, currículos, aprendizajes y políticas públicas en el Centro Universitario Internacional Uninter. Es investigadora invitada del Grupo Internacional de Investigación en Políticas, Prácticas y Gestión Educativa de la Universidad de Pernambuco (GIPPPGE-UPE) y del Grupo de Tecnología, Actividad y Subjetividad de la Universidad Tecnológica Federal de Paraná (UTFPR). En los últimos años, ha desarrollado proyectos de posgrado, pregrado y carreras técnicas, tanto presenciales como a distancia. Se centra en la gestión de la educación a distancia a nivel nacional, abordando aspectos de la cultura local, la formación docente y los estudios curriculares. Machado ha publicado libros académicos, artículos en revistas y artículos de opinión en diversos medios de comunicación. Es directora administrativa y financiera del Instituto de Música y Arte (IMA), editora jefe de Caderno Intersaberes y Editora Escolha Certa, y directora de Educación a Distancia del Sindicato de Escuelas Privadas de Paraná (SINEPE-Paraná). También es miembro del Consejo Municipal de Políticas sobre Drogas (COMPED) de Curitiba, Paraná.

Palabras clave: Educación a Distancia; Educación hoy; Percepciones sobre la educación.

Anna Carolina:

Ao longo do tempo, a professora Dinamara Pereira Machado tornou-se uma referência na área da educação, especialmente no âmbito da Educação a Distância. No entanto, sua reputação não se limita a isso; ela também é reconhecida por sua dedicação em promover uma educação de qualidade acessível a todos os cidadãos. Em seus artigos e livros, ela consistentemente destaca a importância de buscar a melhor escola, seja por meio do ensino presencial ou a distância. Para confirmar, pretendemos publicar esta entrevista na Revista Científica Sala 8. Está tudo bem para você?

Dinamara:

Autorizado.

Anna Carolina:

Eu queria ouvir um pouco de você. O seu currículo é extenso na área. Pós-doutorado, doutorado, mestrado, várias graduações. Bastante coisa?



Dinamara:

Se eu não coloquei, eu vou te dizer. São cinco graduações.

Anna Carolina:

Já estudou tanto, por que que você é escolheu ir para a área de educação? Por que que você foi parar nesse universo tão grande de educação? Se envolveu em tanta coisa, como é que foi todo esse começo para você?

Dinamara:

Temos que pensar assim. A escolha pela educação não foi uma escolha natural, mas sim uma escolha convencional. Eu observava o mundo ao meu redor com o olhar de uma menina que pouco conhecia da vida, mas já percebia que outras carreiras, além do comércio da minha família, ofereciam melhores condições de vida e um status social mais elevado no município.

Entre essas profissões, o magistério se destacava. As pessoas que eu via como bem-sucedidas eram professoras — tinham estabilidade, eram respeitadas e conseguiam viver com dignidade. À luz dessas referências, olhei para mim mesma e pensei: “O que quero para mim? Quero isso.”

Dentro do meu universo, ser professora era uma escolha socialmente aceita, valorizada. Não foi uma decisão movida por uma busca de ascensão social, mas sim por reconhecer, mesmo

com minha visão limitada de menina, que ali havia uma possibilidade concreta de construir uma vida digna e respeitada para além do universo que conhecia.

Anna Carolina:

E por que que você continuou se interessando por ir além da graduação?

Dinamara:

Porque um dia percebi que, a partir dos meus estudos, eu conseguiria influenciar e ajudar muitas pessoas. Essa percepção se intensificou quando me tornei gestora. Passei a entender que agregar pessoas, dialogar e desenvolver projetos era mais do que uma função administrativa — era uma forma de transformação. Por meio desse trabalho coletivo, eu estava não apenas transformando a minha própria vida, mas também contribuindo para a transformação da vida de muitas outras pessoas. Essa relação me fez crescer. Eu me profissionalizei, mas também amadureci.

Filosoficamente, ao exercer minha função, percebi que podia inspirar outras pessoas a enxergar o estudo para além da sua dimensão utilitária. Antes, eu via o estudo apenas como um meio para alcançar estabilidade financeira. Com os anos de trabalho, compreendi que ele é muito mais do que isso. Ser professora exige lidar com múltiplas dimensões — sociais, filosóficas, históricas — que são fundamentais para o pleno desenvolvimento do papel docente.

A docência, nesse sentido, se revela como uma prática reflexiva. Ela exige sensibilidade social, engajamento ético e uma constante disposição para pensar criticamente sobre o próprio fazer pedagógico. O papel da professora não se limita à transmissão de conhecimento: envolve formar cidadãos, estimular o pensamento crítico e promover justiça social. É nesse processo que o ensino se torna verdadeiramente transformador.

Anna Carolina:

Foi uma proximidade para além mesmo de você escolher uma profissão, mas quase ela, ela ter escolhido você durante o tempo?

Dinamara:

Costumo dizer que a educação é uma causa. Não no sentido de abrir mão do dinheiro — afinal, vivemos em um sistema que exige isso — mas porque o dinheiro jamais será capaz de pagar o verdadeiro valor das minhas ações como educadora.

O que me move é ver a transformação na vida das pessoas. Como quando um ex-aluno da graduação, que hoje está fazendo doutorado na Alemanha, me conta que conseguiu uma

bolsa e foi atrás do seu sonho. Ele quer melhorar, quer crescer. Isso, para mim, é educação como causa. É enxergar que, por meio do conhecimento, as pessoas encontram caminhos para uma vida melhor.

E não é só nas grandes conquistas. Às vezes, é nas pequenas mudanças que vejo o impacto. Como quando discutimos temas como os direitos humanos em sala de aula, e isso reverbera dentro das casas dos alunos. Já aconteceu de um marido, incomodado com o que debatíamos em aula, pedir uma reunião comigo. Talvez ele não tenha mudado naquele momento, mas houve ali uma abertura, uma semente plantada — uma ciência que pode, um dia, virar consciência.

Essas são as questões que me movem. É por isso que digo que a educação é uma causa. Porque o dinheiro pode comprar um telefone, pagar um jantar, uma viagem. Mas não pode pagar o sentimento de ver alguém transformar sua vida por meio do conhecimento. Isso é transformação social. E foi por isso que eu permaneci.

Entrevistadora:

Depois de você ter passado por tantas experiências, por tantas etapas diferentes de formação, até no nível de pós-doutorado agora, o que você entende por Educação?

Dinamara:

Se eu fosse conceituar o que é educação?

Anna Carolina:

Isso.

Dinamara:

Com o tempo, compreendi que a educação vai muito além de métodos, currículos, técnicas e infraestrutura. A educação é, acima de tudo, um projeto de emancipação humana. Como dizia Antonio Gramsci, educar é formar consciências críticas, capazes de compreender e transformar a realidade. A emancipação, nesse sentido, não é sobre certo ou errado — é sobre liberdade. Liberdade de pensar, de escolher, de agir. E é isso que a educação proporciona: um aglomerado de teorias e práticas que, articuladas, atuam na formação de sujeitos livres e conscientes.

Educar, portanto, é contribuir para que cada pessoa possa se libertar das amarras da ignorância, da submissão e da alienação. É abrir caminhos para que cada um possa ser autor da própria história. E foi nesse caminho que eu, inicialmente por convenção, encontrei um sentido profundo para minha escolha.

Educação, nesse contexto, pode ser compreendida como um processo intencional e contínuo de formação humana, que articula dimensões cognitivas, éticas, sociais e políticas. Ela não se limita à transmissão de conteúdos, mas envolve a construção de sentidos, valores e identidades. É um ato político, no qual se disputa o tipo de sociedade que queremos construir — mais justa, mais crítica, mais humana.

Anna Carolina:

De tantos projetos que já participou ao longo da carreira, você consegue me falar de quais tem mais orgulho? Quais você olha e fala que valeu muito a pena todo o esforço, toda a energia que precisou colocar. Quais você citaria?

Dinamara:

Minha trajetória na educação é marcada por uma força que nasceu cedo e que permanece viva até hoje. Existe algo daquela menina professora que começou lá atrás e que ainda continua em mim. Essa energia inicial, que parecia simples, é o que me sustenta nos momentos de cansaço. Sempre que penso em desistir, lembro de onde tudo começou.

Foi por volta de 1991 ou 1994, ainda antes dos 20 anos, quando fui designada para trabalhar em uma escola no contraturno. A sala que me foi atribuída estava em condições precárias — sem cor, sem materiais adequados para as crianças. Aquilo me incomodou profundamente. Então, tomei uma decisão: “Eu vou pintar essa sala.” E pinte. Talvez tenha ficado esteticamente questionável, mas, para mim, foi um gesto de potência. Era o início de uma postura que carrego até hoje: fazer acontecer, mesmo com poucos recursos, porque os alunos merecem o melhor.

Esse momento se tornou um marco. Sempre que estou diante de um projeto desafiador, lembro da menina que pintou a parede com garrafas PET e cores vivas. Lembro que é possível transformar espaços e vidas com criatividade e dedicação.

Outro pilar da minha carreira surgiu entre 1998 e 1999, quando comecei a compreender a importância da educação de massa e da tecnologia educacional. Passei a buscar projetos para formar professores no município onde trabalhava. Mesmo que o novo causasse estranhamento, eu sabia que era necessário correr atrás, estudar, escrever, experimentar. Foi assim que trouxe um curso inovador para o município, realizado aos domingos, às 7h30 da manhã. Esse movimento representa meu compromisso com a inovação e a formação continuada, mesmo diante de resistências.

Mais adiante, entre 2002 e 2008, desenvolvi uma consciência crítica sobre o mundo capitalista e neoliberal. Passei a me perguntar: “Estou nesse mundo, mas o que posso fazer para ser diferente?” Essa reflexão me levou a buscar caminhos alternativos, que conciliam atuação institucional com transformação social.

A partir dessa consciência, surgiram três projetos que me dão muito orgulho:

1. Instituto Música e Arte – Atuo como colaboradora em uma organização não governamental (ONG) em Pinhais, Paraná, incentivando e apoiando ações culturais e educativas. É um espaço onde exerço minha cidadania ativa e meu compromisso com a arte como ferramenta de inclusão.

2. Selo editorial independente – Criei uma editora que não visa lucro, mas sim a circulação do conhecimento. Ensino pessoas a escrever, a publicar, a compartilhar ideias. Acredito que é possível construir uma nova globalização, baseada na colaboração e na democratização da produção intelectual.

3. Projetos de diversidade em instituição privada – Há 11 anos atuo em uma instituição privada, onde desenvolvi iniciativas que discutem os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e os Direitos Humanos. Criei projetos voltados à questão étnico-racial, envolvendo quilombolas, indígenas e ciganos, com bolsas de estudo integrais. Um dos marcos foi o primeiro projeto do Brasil voltado para ciganos em uma instituição privada. Também coordeno ações culturais, como um coral aberto à comunidade, com alunos até do Japão.

Esses três projetos formam um pilar de diversidade, que me permite atuar dentro de uma lógica institucional sem abrir mão dos meus valores.

Quando olho para minha trajetória, vejo uma construção feita de pequenos marcos que se conectam. Cada etapa me levou à seguinte, e todas elas têm como ponto de partida aquela menina que pintou a parede. Apesar do cansaço que às vezes me visita, é essa memória que me lembra: a força está em mim, e os alunos merecem o meu melhor.

Anna Carolina:

Eu quero falar um pouco da tua percepção sobre a juventude de hoje. A educação, os educadores, têm esse desafio das novas gerações, que já são nativas digitais, cresceram com o celular, têm um ritmo totalmente diferente, de absorver as coisas, são mais rápidas, não têm muita paciência para prestar atenção. Como você acha que os professores têm que lidar com isso? Que desafios você vê hoje para a educação?

Dinamara:

Você já ouviu aquela música da Elis Regina, Como Nossos Pais? Ela começa dizendo: “Não quero lhe falar meu grande amor, das coisas que aprendi dos discos...” e segue com um alerta: “há perigo na esquina”. Mesmo assim, seguimos repetindo padrões, geração após geração, como se estivéssemos presos a uma engrenagem invisível. Meus pais, ao me observarem, talvez pensassem: “Meu Deus, para onde essa menina vai? O que ela está fazendo?”. Hoje, percebo que esse olhar inquieto que eles tinham sobre mim é o mesmo que tenho sobre os jovens de agora.

Apesar das mudanças aparentes, há uma continuidade nos dilemas humanos. A autora inicia com essa música justamente para ilustrar como os conflitos entre tradição e inovação se repetem, ainda que em cenários diferentes. O que muda é a intensidade e a flexibilidade com que essas novas gerações vivem.

Evito categorizações como “geração Z” ou “geração Y”, porque não trabalho com essas nomenclaturas. Prefiro olhar para os aspectos sociais e afetivos que marcam esses jovens. E o que vejo é uma geração que vive tudo com intensidade — ama intensamente, sofre intensamente, se conecta intensamente. “Tenho cinco mil amigos no Facebook”, dizem. Mas será que isso é amizade? Talvez não, mas se sentem felizes assim. Estão em todos os aplicativos, em todas as redes, em todos os lugares. Essa intensidade é uma marca profunda — para o bem e para o mal. Ela está diretamente ligada às emoções e, infelizmente, também à doença deste século. Basta olhar os índices de suicídio entre jovens, o uso de entorpecentes. “Ah, professora, sempre se usou drogas”, dizem. Sim, mas agora é a intensidade com que se usa que preocupa.

Essa é a primeira questão. A segunda é a flexibilidade. Os jovens mudam de emprego com facilidade, mudam de cidade, de estilo de vida. Não têm carro, usam Uber. Não têm casa fixa, usam *Airbnb*. Vivem em movimento. Essa flexibilidade também se manifesta na relação com o tempo e com o trabalho. Bater cartão é um problema, porque exige uma rigidez que não combina com essa geração. Tudo precisa ser ajustável, adaptável.

E aí chegamos a um ponto crucial: a pseudoautonomia. Eles acreditam que são autônomos, mas como podem ser, se ainda não sabem quem são? Essa autonomia aparente os leva a se posicionar criticamente, mas muitas vezes sem compreender o que estão criticando. É uma autonomia sem base, sem identidade consolidada.

Diante disso, a educação enfrenta um dos maiores enigmas do nosso tempo. Como tornar a escola relevante para uma geração que acredita que tudo está disponível online? Como competir com a velocidade da informação e com a sensação de que não é necessário prestar

atenção? Como fazer com que um jovem se interesse por uma aula de artes, por exemplo, sobre os traços do modernismo, se ele pensa: “Para que preciso saber disso?”.

A resposta talvez esteja em encontrar brechas de contradição — momentos em que o jovem se pergunta: “O que quero ser daqui a dez anos?” ou “Por que preciso levar a escola a sério?”. É nesse espaço de dúvida que o professor pode atuar, oferecendo não apenas informação, mas conhecimento com sentido.

Por fim, volto ao início. Será que o olhar que tenho hoje sobre os jovens não é o mesmo que meus pais tiveram sobre mim? As questões continuam parecidas. A estrutura familiar pode ter mudado — hoje pode ser formada por dois homens, duas mulheres, ou qualquer outra configuração — mas o valor da família permanece. Continuamos em busca do metal, do dinheiro, da sobrevivência. E, sim, me preocupo com esses jovens. Porque vivem com intensidade, mudam com rapidez e acreditam ter autonomia. E como prestar atenção em uma professora Dinamara dando aula, se o celular está ali, chamando?

Cabe a nós, educadores, reinventar a escola. Dar nova forma à informação. Transformá-la em conhecimento. E, acima de tudo, criar espaços para que esses jovens possam se encontrar — consigo mesmos e com o mundo.

Anna Carolina:

Pensando na construção do currículo para essa nova realidade dos estudantes, o que os professores, a escolas, no geral, precisam considerar para contornar isso?

Dinamara:

O currículo da nova escola precisa ser um currículo *maker*, um currículo do fazer. Ele deve estar conectado com o que estamos realizando hoje, com a prática viva e concreta. Se o estudante vai aprender a fazer uma entrevista, ele não deve apenas estudar a teoria — ele deve criar o formulário, aplicar, trazer os dados e, a partir disso, debater as teorias. É o seu formulário dialogando com Lawrence Bardin, com a Análise de Discurso. Se a técnica não funcionou, é porque talvez não tenha sido aplicada corretamente. E isso também é aprendido.

Essa inversão é fundamental: o currículo precisa provocar o aluno a se inscrever na ação, a ir em busca, a se envolver com o problema real. Isso vale tanto para o ensino superior quanto para a educação básica. O estudante precisa ser protagonista, não espectador.

Além disso, o currículo deve ser interdisciplinar. Por isso falo de uma escola *maker* — uma escola mão na massa, que rompe com o modelo tradicional das carteiras enfileiradas. Não se trata de ter uma sala de robótica apenas para estudar robótica. Trata-se de fazer projetos reais,

que envolvam escrita, corpo, interpretação, tecnologia, arte, ciência. É um currículo que parte de uma situação-problema, que exige resolução, reflexão e produção de um relatório. Isso, acredito, pode engajar os estudantes de forma significativa.

O Movimento *Maker* é uma abordagem educacional e cultural que valoriza o aprender fazendo. Ele incentiva a criatividade, a experimentação, a colaboração e a resolução de problemas por meio da construção de projetos práticos. Em vez de apenas consumir conhecimento ou tecnologia, os participantes são estimulados a criar, modificar e compartilhar suas próprias invenções — sejam físicas, como robôs e móveis, ou digitais, como aplicativos e vídeos.

Princípios:

- Mão na massa: aprender por meio da prática.
- Autonomia: estímulo à iniciativa e à curiosidade.
- Colaboração: troca de saberes entre diferentes perfis.
- Interdisciplinaridade: integração de áreas como ciência, arte, tecnologia e matemática.
- Erro como parte do processo: o erro é visto como uma oportunidade de aprendizado.

O movimento *Maker* tem ganhado força em escolas e universidades, especialmente com a criação de laboratórios *makers* ou *fab labs*, equipados com:

- Impressoras 3D
- Cortadoras a laser
- Kits de robótica
- Softwares de design e programação

Esses espaços promovem o protagonismo estudantil, o pensamento crítico e a resolução criativa de problemas.

Impacto social:

Fora da educação formal, o movimento *Maker* também atua em comunidades, ONGs e espaços públicos, promovendo:

- Inclusão digital
- Empreendedorismo
- Soluções locais para problemas reais

Se eu tivesse recursos hoje, montaria uma escola *maker*. Uma escola que colocasse os estudantes em movimento, que os desafiasse a pensar com as mãos, com o corpo, com a mente. Uma escola que fosse, acima de tudo, viva.

Anna Carolina:

Pensando nos professores. Você tem experiência na formação de professores também. Você acha que os professores precisam de algumas habilidades que ainda não conhecemos ou estamos ignorando? Falta alguma coisa ainda para os professores incluírem no perfil deles, na forma de dar aula? Como você percebe isso?

Dinamara:

O professor é alguém que foi talhado para ensinar. Ele estudou, se preparou, e sua profissão só existe porque existe o aluno. Mas qual é o grande problema que enfrentamos hoje? Muitos professores não reconhecem sua própria identidade docente.

E o que é essa identidade? Em primeiro lugar, o professor precisa ter conhecimento profundo. Se sou professor de História, preciso conversar sobre História, falar sobre os períodos, os processos, os contextos — sem depender exclusivamente de um livro didático. O conteúdo precisa fazer parte da minha vida, estar incorporado à minha prática. Onde está esse professor?

Em segundo lugar, o professor precisa ser político. Ser político, nesse contexto, significa ser capaz de atravessar gerações, dialogar com adolescentes, crianças, pais e responsáveis. É saber adaptar o conteúdo, encontrar formas de ensinar — e isso se chama transposição didática. Esses três elementos — conhecimento, capacidade de diálogo e transposição — formam a identidade docente.

Sem esse reconhecimento, o professor corre o risco de se tornar um pseudo-professor, alguém que não sabe quem é dentro da profissão. E isso nos leva ao segundo ponto: o professor está ali para ensinar. Mas ensinar hoje está condicionado por uma terceira questão — as condições de trabalho.

Vivemos sob a pressão de indicadores nacionais e internacionais, metas, dados, números. E se o professor não tem sua identidade consolidada, ele se vê esmagado por um sistema que cobra sem oferecer suporte. Isso gera um terceiro problema: a falência do sistema educacional.

A resposta institucional tem sido exigir mais cursos, mais formações. Mas isso não resolve a problemática da escola. Assim como médicos precisam estudar continuamente, professores também. No entanto, a formação contínua, por si só, não dá conta da complexidade da sala de aula. Porque ali existem sujeitos — o estudante e o professor — e é a relação entre eles que sustenta o ecossistema educacional.

Infelizmente, esse ecossistema está fragilizado. Hoje, vemos pessoas fazendo espetáculos, lotando ginásios com sátiras sobre a profissão docente. Isso me entristece. Ao mesmo tempo, há um discurso de vitimização do professor — “coitado do professor”, “sofre bullying”, “está com burnout”. Mas todas as profissões enfrentam desafios. Médicos em plantão têm estafa, atendentes de pizzaria lidam com desrespeito. O problema não é exclusivo da docência — é o reflexo de uma sociedade mercantilizada.

Precisamos olhar para a carreira docente com mais profundidade. O sistema tenta resolver tudo com modismos: um livro vira palestra, e municípios compram a ideia como solução mágica. Ou então surgem os games como panaceia da educação. Basta observar as pesquisas acadêmicas — há ondas, tendências otimistas que prometem resolver tudo, mas que não enfrentam a raiz dos problemas.

Anna Carolina:

Nos últimos meses, a proibição do uso de celulares nas escolas tem ganhado destaque. Em alguns casos, isso levou até à redescoberta de brincadeiras tradicionais entre os estudantes.

Na sua opinião, essa medida faz sentido para equilibrar tecnologia e educação? Ou foi somente uma resposta necessária a um uso desenfreado que exigia algum tipo de limite?

Dinamara:

Com o tempo, essa escolha se entrelaçou com uma consciência crítica sobre os desafios da educação contemporânea, especialmente diante do avanço da tecnologia. O que cabe aos adultos é regular a intensidade da criança e do jovem. A Associação Brasileira de Psicologia e diversas entidades internacionais já alertam há anos que o uso excessivo de tecnologia prejudica o desenvolvimento cognitivo infantil.

Sou favorável à retirada do celular da sala de aula. Se uma criança de sete anos precisa ter um celular nesse espaço, há algo errado com os pais. A escola deve ser um ambiente seguro, onde os responsáveis confiem que seus filhos estarão bem. Se não há essa confiança, talvez essa escola não seja o lugar certo. A instituição precisa ter autonomia para comunicar aos pais

situações importantes — como uma criança passando mal — e cumprir seu papel educativo com responsabilidade.

E quanto ao adolescente? Também é necessário cuidado. A intensidade hormonal e emocional dessa fase exige limites. A retirada do celular foi uma medida necessária para buscarmos equilíbrio: entender quando usar, como usar, e por que usar. O livro “A Fábrica de Cretinos Digitais: o perigo da tela para as nossas crianças” (Desmurget, 2021) é revelador nesse sentido, pois reúne pesquisas que mostram os danos do excesso de tela.

A escola não pode transformar o professor em vigia de celular. O educador deve estar focado em ensinar, não em controlar dispositivos. Se uma atividade exige pesquisa, o uso pontual da tecnologia pode ser válido. Mas o tempo inteiro no celular? Isso compromete o processo de aprendizagem. Por isso, fui favorável e continuo favorável à restrição do uso de celulares em sala de aula.

Anna Carolina:

Nos últimos dois anos, a inteligência artificial (IA) ganhou espaço e passou a fazer parte do cotidiano, inclusive entre estudantes. Na sua visão, a entrada dessas tecnologias representa um risco para o modelo atual de ensino? É possível encontrar um equilíbrio entre o uso dessas ferramentas e a garantia de uma aprendizagem profunda?

Dinamara:

Agora, com a chegada da inteligência artificial, o desafio é semelhante ao dos telefones: buscar equilíbrio. Precisamos ensinar os jovens a fazer prompts, a formular perguntas com intencionalidade, e também a desconfiar da IA. Uma das teorias por trás da IA é a Teoria do Flow — a teoria da felicidade — que faz com que a IA seja sempre politicamente correta, oferecendo respostas agradáveis, que geram conforto. Mas isso pode mascarar a complexidade dos temas e limitar o pensamento crítico.

Esse processo precisa passar pela escola, tanto na educação básica quanto no ensino superior. E nós, professores, precisamos reformular nossas práticas. Por que não propor aos alunos que entrem em uma ferramenta de IA, façam uma pergunta e analisem a resposta? Por que não ensinar a investigar, a comparar, a aprofundar?

Por exemplo, ao abordar o tema da ditadura, o aluno pode começar com um exercício simples: listar artigos sobre o assunto, enviar essa lista, e juntos analisarmos a qualidade das fontes e das respostas geradas pela IA. Isso exige tutela pedagógica, exige que o professor conduza o uso da tecnologia com intencionalidade e profundidade.

Desde 1998, trabalho com educação para as massas, para o povo. Desde 1991, atuo com televisão educativa. Hoje, no Brasil, temos três formatos de ensino reconhecidos pelo decreto nº 12.456 (2025) do MEC: presencial, semipresencial e a distância (EaD). Cada um tem seu lugar, desde que usado com critério e qualidade. Há disciplinas que talvez não exijam a presença física constante, como Teoria da Comunicação, por exemplo. Com uma boa aula gravada, um fórum ativo e textos dialógicos, o aprendizado pode acontecer de forma eficaz.

O que nos reserva essa sociedade é a responsabilidade de saber como e por que usar a tecnologia. O primeiro movimento é nosso: ensinar os alunos a usar com profundidade, para que não fiquem apenas no copiar e colar. O segundo movimento é usar conscientemente os formatos de ensino, sempre pensando na aprendizagem e na qualidade do estudante que estamos formando.

Não dá para fugir da tecnologia. O que podemos — e devemos — fazer é nos apropriar dela com consciência, sempre colocando o processo de aprendizagem no centro. Afinal, que tipo de profissional estamos formando? Que tipo de cidadão queremos ajudar a construir?

Anna Carolina:

Você acha que hoje no Brasil conseguimos usar todos os formatos corretamente?

Dinamara:

O mercado não pode ser o regulador da educação. As pessoas, em geral, buscam o que é mais barato, muitas vezes sem considerar que o mais barato pode comprometer a qualidade. É verdade que há produtos acessíveis com boa qualidade, mas essa não pode ser a lógica que rege a educação. A responsabilidade pela regulação deve ser do Ministério da Educação, que precisa estabelecer uma régua firme e clara de exigência para as instituições de ensino. Essa régua mínima é um elemento sine qua non — essencial e inegociável. O MEC não pode se omitir: precisa cobrar, avaliar, fiscalizar e garantir que o mínimo seja cumprido.

Falo com propriedade, como alguém que atua na educação a distância, na educação de massa. Estive nos bastidores dessa política, dialogando com diversos atores. Recentemente, o MEC publicou o Decreto nº 12.456, de 16 de maio de 2025, que altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Embora o decreto represente um avanço, ele foi construído sob o olhar restrito de alguns grupos, o que me entristece profundamente. Política pública deve ser pensada para o país, para a nação, e não a partir de interesses pontuais ou de meia dúzia de olhares.

Um exemplo claro dessa limitação é a proibição de disciplinas EaD no curso de Direito — um curso eminentemente teórico. Concordo plenamente que cursos como Educação Física

exigem práticas presenciais que não podem ser simuladas. Mas mesmo nesses cursos há disciplinas teóricas que poderiam ser ofertadas a distância. Por que não permitir que a parte teórica da musculação ou do handebol seja EaD? A legislação atual reflete uma visão parcial, que ainda protege castas e reproduz desigualdades históricas.

Essa postura revela traços do nosso passado colonial. Avançamos com programas como o Prouni e o Fies, ampliando o acesso à graduação. Mas por que, então, o número de pessoas da massa nos mestrados e doutorados continua tão pequeno? Será que a massa não merece o mestrado e o doutorado? Essa é uma reflexão profunda, que vai além do formato de oferta. Trata-se de pensar que país queremos construir — um país que democratiza o conhecimento ou que o restringe a poucos?

Anna Carolina:

Se você pudesse implementar uma política de educação no país hoje, para onde você olharia? E por quê?

Dinamara:

Olharia para a educação básica, porque uma professora que alfabetiza bem, eu vou ter um aluno de qualidade no ensino superior, no mestrado e no doutorado.

Anna Carolina:

E de que forma que isso pode acontecer?

Dinamara:

Principalmente na carreira docente. Carreira docente e infraestrutura.

Anna Carolina:

Qual é a sua visão sobre o futuro da educação no Brasil?

Dinamara:

A ausência de uma política nacional faz com que a gente tenha vitórias fragmentadas. As vitórias fragmentadas nos fazem ter força para continuar lutando para um dia ser melhor. Mas não temos uma política nacional, não temos uma escola unitária, não temos uma escola para todos. Temos um discurso de escola para todos, mas não é uma realidade. Mas eu acredito.

Anna Carolina:

Como você percebe que o governo tem olhado para os desafios do ensino superior? Como as políticas públicas agem nisso?

Dinamara:

O ensino superior brasileiro está diante de uma reformulação importante, com início marcado para o dia 18 de agosto, conforme o prazo estabelecido pelo Ministério da Educação. No entanto, essa transformação só será efetiva se o MEC assumir seu papel de avaliador e fiscalizador. Sem esse compromisso, as mudanças correm o risco de serem interpretadas conforme os interesses de cada instituição — e, infelizmente, o que costuma prevalecer é o menor custo e o menor investimento.

Quando falamos de educação, falamos de investimento — e não apenas financeiro, mas de médio e longo prazo, voltado à construção de um país mais justo e desenvolvido. Acredito que o ensino superior continuará se expandindo, como deve, pois o Brasil precisa ampliar o acesso. Mas essa expansão precisa vir acompanhada de dignidade na oferta. É preciso comunicar isso com clareza aos estudantes: o ensino superior deve estar vinculado à geração de empregos, à atração de investimentos e, sobretudo, à produção de ciência.

Precisamos de pesquisadores comprometidos com a transformação das realidades locais. O ensino superior não pode se limitar a ser enciclopédico, acumulando saberes sem aplicabilidade. Se cairmos nessa armadilha, repetiremos os erros das gerações passadas. A mudança precisa vir de baixo — da Anna Carolina, da Dinamara, do Francisco, do José — de pessoas reais, que vivem os desafios do cotidiano e que podem construir uma nova sociedade.

Não podemos continuar presos a estruturas que alimentam o ego acadêmico, isolados em instituições que produzem pesquisa sem impacto social. A verdadeira transformação começa com uma consciência individual que se expande para uma consciência coletiva, regional, nacional. O ensino superior precisa ser mais do que um diploma: precisa ser um instrumento de mudança.

Anna Carolina

A explicação que você dá para os desafios que a educação tem na atualidade nos faz pensar o quanto precisamos avançar nas pesquisas e discussões sobre uma educação que contemple as reais necessidades emergentes. Gostaria de te agradecer em nome da Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação – Sala 8, que provocou e motivou o seu convite para participar da entrevista, e na condição de entrevistadora, manifesto o prazer que foi ouvir e dialogar com você. Gratidão pela sua generosidade em dispor desse seu precioso tempo para contribuir com o processo formativo, compartilhando suas ideias e reflexões conosco. Uma marca registrada da Revista Sala 8. Muito obrigada!

Referências

BRASIL. **Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025**. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por Instituições de Educação Superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Diário Oficial da União, Seção 1, pág. 1, 20 maio 2025. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12456.htm. Acesso em 01 jul. 2025.

DESMURGET, Michel. **A fábrica de cretinos digitais: Os perigos das telas para nossas crianças (leia também Faça-os ler!)**. Vestígio Editora, 2021.

Dinamara Pereira Machado. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1435492124601475>.

NOTA: A autora foi responsável pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.

RECEBIDO: 11/07/2025 RECEIVED: 11/07/2025 RECIBIDO: 11/07/2025

APROVADO: 06/09/2025 APPROVED: 06/09/2025 APROBADO: 06/09/2025